

GUIA DO ESTUDANTE

04/2024

Coordenação: Desembargador Federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama e Procurador da República Antonio do Passo Cabral.

Portaria de Credenciamento Enfam: Portaria Enfam nº 356, de 7 de novembro de 2022.

Carga horária: 22h/a.

Biênio 2023 - 2025

Diretoria

Diretor-Geral: Desembargador Federal Reis Friede

Diretor de Cursos e Pesquisas: Desembargador Federal Guilherme Couto de Castro

Diretor de Estágios: Desembargador Federal Carmen Sílvia Lima de Arruda

Diretor de Publicações: Desembargador Federal Augusto Guilherme Diefenthaler

Diretor de Intercâmbio e Difusão: Desembargador Federal Luiz Antonio Soares

Equipe da EMARF

Assessoria Executiva

Márcia Teixeira Cavalcanti

Núcleo de Gestão Escolar

Clarice de Souza Biancovilli

Núcleo de Aperfeiçoamento e Especialização de Magistrados

Luciana de Melo Leitão

Seção de Gestão em Educação

Mauro Nilson Figueiredo dos Santos

Maria Suely Nunes do Nascimento

Núcleo de Gerenciamento de Projetos

Bruno Benedetti Nicolau

Seção de Apoio Administrativo

Sergio Mendes Ferreira

Sílvia Regina Assenheimer

Marta Geovana de Oliveira

Seção de Publicações e Comunicação Visual

Leila Andrade de Souza

Luiz Carlos Lorenzo Peralba

Seção de Estágio Jurídico

Juliana Pimentel Duque Estrada Meyer

Flávia Dias de Paiva

Núcleo Regional da EMARF no Espírito Santo

Livia Peres Rangel

Alan Castro de Melo

Sumário

Apresentação	5
Ementa	6
Objetivos	7
Conteúdo programático	8
Cronograma	10
Proposta Metodológica	12
Proposta Avaliativa	13
Aprovação e Emissão do Certificado	14
Currículo Docente	15
Bibliografia	21

Apresentação

Caro aluno,

apresentamos o Guia do Estudante, um documento essencial para orientá-los em sua jornada educacional. Este guia não apenas oferece uma visão abrangente do curso em questão, mas também serve como um instrumento pedagógico fundamental para a maximização do aprendizado.

Nele, encontrará uma detalhada exposição dos objetivos do curso, os quais delineiam claramente as metas a serem alcançadas ao seu término. Os conteúdos programáticos são descritos, proporcionando uma visão holística das temáticas a serem exploradas ao longo do período letivo.

Além disso, a programação é apresentada de forma organizada, permitindo que os discentes tenham uma visão clara das atividades e eventos previstos ao longo do curso. A proposta metodológica, por sua vez, oferece insights valiosos sobre as estratégias de ensino e aprendizagem que serão adotadas, visando promover uma experiência educacional enriquecedora e eficaz.

Destacamos também a importância da avaliação como parte integrante do processo educativo. As diretrizes avaliativas visam garantir transparência e justiça no processo de avaliação do desempenho dos alunos.

Por fim, são apresentados os requisitos para a certificação, fornecendo informações claras sobre os critérios necessários para a obtenção do diploma ou certificado de conclusão do curso.

Ressaltamos a importância de ler atentamente as instruções contidas neste guia, pois elas são essenciais para que você possa aproveitar ao máximo sua experiência educacional. Estamos verdadeiramente honrados com sua participação neste empreendimento acadêmico e desejamos a todos um curso proveitoso e enriquecedor.

Atenciosamente,

Clarice Biancovilli
Coordenadora do Núcleo de Gestão Escolar

Ementa

Cooperação judiciária Nacional. Juiz natural. Conceito atual. Busca da eficiência processual. Reconstrução do sistema tradicional de competências. Competência adequada, capacidades institucionais e competência. Coordenação, divisão e compartilhamento de competências Impacto da Cooperação judiciária nos diversos tipos de litígio e no âmbito da atividade administrativa judiciária. Cooperação judiciária no cumprimento de sentença. Execução fiscal. Entidade de Infraestrutura específica para cumprimento de sentença. Novas feições da atividade jurisdicional. Cooperação na atividade de Consulta processual. O juiz como consultor e suas funções. Competência judiciária em propriedade industrial. Cooperação e litígios repetitivos. Cooperação Judiciária em IRDR. Articulações coordenadas interinstitucionais. Cooperação nas ações fundiárias, processos coletivos e matéria previdenciária. A cooperação na interseção entre processo penal e ação de improbidade.

Objetivos

Objetivo Geral

Ao final do curso os participantes estarão capacitados a analisar as questões práticas, relativamente à cooperação judiciária nos diferentes tipos de litígios, inclusive no âmbito da administração judiciária, como um modo de conjugar esforços na busca da competência mais adequada, com base nas capacidades institucionais e economia de recursos para a otimização da atividade jurisdicional.

Objetivos Específicos

Ao final, os discentes estarão aptos a:

- I. Identificar o núcleo básico normativo dos diversos instrumentos de cooperação judiciária previstos; nos 6º, arts. 67 a 69, e os termos da Recomendação 350/2020 do CNJ;
- II. Reconhecer as diversas possibilidades de interações cooperativas como a Coordenação. Divisão e compartilhamento de competências partir do novo conceito de juiz natural;
- III. Distinguir os diversos instrumentos de cooperação judiciária;
- IV. Empregar os instrumentos de cooperação judiciária para a solução dos litígios e para a administração judiciária;
- V. Elaborar soluções cooperativas em diálogo com outros juízos e com órgãos administrativos nos diversos tipos de litígios a saber: execuções fiscais, em propriedade industrial, litígios repetitivos, nas ações fundiárias, processos coletivos, matéria previdenciária e na interseção entre processo penal e ação de improbidade;
- VI. Planejar o cumprimento de julgados mediante protocolos institucionais e atos concertados;
- VII. Avaliar nas tratativas para a cooperação o estágio do processo, a alocação de custos e responsabilidades de cada juízo para o estabelecimento de metas comuns;
- VIII. Redigir de modo adequado as tratativas de interações colaborativas judiciais transjudiciais;
- IX. Identificar as novas feições da atividade jurisdicional, como a função de consulta do Poder Judiciário.

Conteúdo programático

Aula 1: 05 de abril de 2024				
Conteúdo programático	Avaliação para Aprendizagem		Metodologia	Carga horária
	Atividades e Atividades Avaliativas	Objetivos das Estratégias Adotadas		
Estudo da concepção mais atual do princípio do Juiz natural a teoria geral da cooperação judiciária nacional, com o Coordenação. Divisão e compartilhamento de competências, o estudo da Cooperação judiciária no cumprimento de sentença. Execução fiscal e nas ações de propriedade industrial.	Aulas expositivas dialogadas	Participação e contribuição	Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio dos mesmos. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes.	6h15

Aula 2: 12 de abril de 2024				
Conteúdo programático	Avaliação para Aprendizagem		Metodologia	Carga horária
	Atividades e Atividades Avaliativas	Objetivos das Estratégias Adotadas		
As novas feições da atividade jurisdicional, o juiz como consultor e suas funções, bem como Cooperação e litígios repetitivos. Cooperação Judiciária em IRDR. Articulações coordenadas interinstitucionais. Cooperação nas ações fundiárias, processos coletivos e matéria previdenciária. A cooperação na interseção entre processo penal e ação de improbidade	Aulas expositivas dialogadas	Participação e contribuição	Exposição dos conteúdos com participação ativa dos cursistas, prezando o conhecimento prévio dos mesmos. Momento no qual o docente atuará como mediador dos questionamentos e interpretações apresentados pelos participantes.	6h

Atividade no Moodle (3 a 15 de abril de 2024)				
Conteúdo programático	Avaliação para Aprendizagem		Metodologia	Carga horária
	Atividades e Atividades Avaliativas	Objetivos das Estratégias Adotadas		
<p>Cooperação judiciária nacional. Aspectos gerais</p> <p>Coordenação. Divisão e compartilhamento de competências, o estudo da Cooperação judiciária no cumprimento de sentença. Execução fiscal e nas ações de propriedade industrial.</p> <p>Novas feições da atividade jurisdicional, o juiz como consultor e suas funções, bem como Cooperação e litígios repetitivos. Cooperação Judiciária em IRDR.</p> <p>Articulações coordenadas interinstitucionais. Cooperação nas ações fundiárias, processos coletivos e matéria previdenciária. A cooperação na interseção entre processo penal e ação de improbidade</p>	Ambientação	Apresentação		1h
	Debates e problematização	Problematização/reflexão conjunta dos participantes acerca dos casos propostos	Participação dos cursistas por meio de debates sobre os casos concretos apresentados, alinhados aos objetivos do curso	9h

Cronograma

Aula 1			
Auditório da SJ/RJ (Av. Rio Branco, 243, Anexo II, 14º andar – Cinelândia, RJ)			
(pegar o elevador até o 13º andar e subir as escadas até o 14º andar)			
Data	Horários	Temas	Docentes
05.04.24	08:45h – 9:00h	Abertura – Da Cooperação Judiciária Nacional: a construção de uma “comunidade judiciária” em prol da eficiência	Guilherme Calmon Nogueira da Gama
	09:00h – 09:45h	Juiz natural e eficiência: coordenação, divisão e compartilhamento de competências	Antonio Do Passo Cabral
	09:45h - 10:30h	Gestão compartilhada da competência adequada	Guilherme Hartmann
	10:30h - 11:00h	Cooperação judiciária no cumprimento de sentença Infraestrutura de cumprimento de sentença	Hermes Zaneti Jr
	11:00h – 12:00h	Cooperação judiciária na execução fiscal	Bianca Stamato Fernandes e Letícia D’Aiuto Michelli
	12:00h – 14:00h	INTERVALO PARA ALMOÇO	
	14:00h – 14:30h	Cooperação judiciária, ações coletivas e conflitos fundiários. Boas práticas: Cooperação judiciária em matéria de controle de política pública de saúde	Adriano Saldanha Oliveira
	14:30h – 15:00h	Articulações coordenadas interinstitucionais: boas práticas nas ações envolvendo meio ambiente e patrimônio histórico	Paulo André Espirito Santo
	15:00h – 15:30h	Ações fundiárias, cooperação judiciária, e coordenação entre juízos	Ana Carolina Vieira de Carvalho
	15:30h – 17:00h	Cooperação judiciária em matéria de propriedade industrial	Márcia Nunes de Barros e Tatiana Machado Alves
			Total: 6h/a

Aula 2			
Auditório da SJ/RJ (Av. Rio Branco, 243, Anexo II, 14º andar – Cinelândia, RJ)			
(pegar o elevador até o 13º andar e subir as escadas até o 14º andar)			
Data	Horários	Temas	Docentes
12.04.24	09:00h – 09:45h	Cooperação judiciária e litígios repetitivos - Cooperação em IRDR's sobre a mesma questão de fatos instaurados em processos diversos	Luiz Henrique Volpe Camargo
	09:45h – 10:30h	Centralização de processos para produção conjunta da prova para mesmas questões fáticas	Fernanda David
	10:30h – 12:00h	Consulta jurisdicional por cooperação: o magistrado consultor e suas funções	Edilson Vitorelli Lima e Mário Guerreiro
	12:00h – 14:00h	INTERVALO PARA ALMOÇO	
	14:00h – 14:45h	Consulta jurisdicional em matéria previdenciária, trabalhista, de família, sucessões e questões correlatas	Marcella Araújo da Nova Brandão
	14:45h – 15:30h	Cooperação Judiciária nos casos de efeitos distintos da união estável e em matéria de guarda, visitação nas ações envolvendo a Convenção da Haia de Sequestro Internacional de Crianças Cooperação Judiciária nos casos de efeitos previdenciários e trabalhistas	Priscilla Pereira da Costa Corrêa
	15:30h – 17:00h	Cooperação judiciária nas interseções entre ações penais e de improbidade administrativa	Valéria Caldi e Rosângela Martins
			Total: 6h/a

Atividades Assíncronas (Moodle)			
Temas	Tutores	Datas de realização	Carga horária
Ambientação – apresentação dos alunos, do tutor, e informações iniciais.	Carla Bonfadini e Adriano França	03/04 a 05/04	1h/a
Estudo de casos e questões teóricas sobre Cooperação Judiciária Nacional		05/04 a 15/04	9 h/a
			Total: 10 h/a

Proposta Metodológica

Serão realizados debates que possibilitem a interação e a colaboração entre você e seus colegas, de forma que permitam a reflexão sobre o assunto proposto, considerando os saberes prévios e os contextos de trabalho de cada um.

Formas de interação

A proposta metodológica para o desenvolvimento do Curso abrangerá a realização de exposições dialogadas, integrando aprofundamento teórico, reflexões, debates e estudos de casos.

As atividades propostas serão permeadas por debates e acontecerão em momentos abertos para o conjunto dos participantes e atividades em grupos envolvendo temáticas de maior interesse.

De forma geral, na exposição dialogada deverão ser apresentadas visões teóricas contextualizadas sobre o tema, com base nas práticas e desafios da magistratura e com participação ativa dos alunos.

Atuação e responsabilidades do aluno

Durante a realização do curso, é sua responsabilidade:

- I. Acessar o curso regularmente;
- II. Observar os avisos enviados pela coordenação e pelo tutor;
- III. Atentar para os critérios de avaliação adotados;
- IV. Participar dos debates;
- V. Enviar as atividades dentro do prazo estabelecido;
- VI. Responder a avaliação de reação.

Atuação dos Docentes

Os docentes, dentre outras atribuições, são responsáveis pelo direcionamento e mediação do conteúdo, pelo esclarecimento de dúvidas, pela elaboração, orientação e avaliação das atividades, conforme proposta metodológica e programação do curso.

Proposta Avaliativa

A proposta avaliativa compreende as avaliações de aprendizagem e as avaliações de reação.

As avaliações de aprendizagem serão realizadas ao longo do curso, através de debates e fóruns de discussões no Moodle.

As avaliações de reação pretendem colher a opinião dos discentes sobre a autoaprendizagem, a avaliação do curso e o desempenho dos docentes.

Fóruns de Discussão Formativa

Os temas dos fóruns serão vinculados ao assunto estudado, aos saberes e às experiências dos participantes.

Fique atento! Para o aproveitamento no curso, é preciso que participe qualificadamente de todos os fóruns.

Os fóruns ficarão disponibilizados durante as avaliações das participações nos fóruns poderão ser realizadas em até 3 dias após o encerramento do curso.

Avaliações de Reação

As avaliações de reação serão disponibilizadas ao final do curso. Pelas avaliações será possível conhecer suas opiniões sobre o tutor, o desenvolvimento do curso e a sua percepção sobre a aprendizagem e a aplicação prática do conteúdo na atividade profissional.

Aprovação e Emissão do Certificado

Você terá direito ao certificado após aprovação no curso, que poderá ser obtida ao cumprir as seguintes condições:

- 1) Participar qualitativamente das atividades presenciais e nos fóruns propostos pelos docentes; e,
- 2) Obter a frequência mínima de 75% no curso (participação em todos os fóruns).

Seu certificado eletrônico será elaborado e encaminhado para o correio eletrônico cadastrado na Escola.

Currículo Docente

- **Guilherme Calmon Nogueira da Gama (Coordenador e Docente).** Tem graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1988), mestrado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1997) e doutorado em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2002). Atualmente, é Professor Titular de Direito Civil da Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (graduação e pós-graduação), Professor Permanente do Programa de Pós-graduação 'Stricto Sensu' em Direito da Universidade Estácio de Sá e Professor da Faculdade de Direito do IBMEC. É docente de disciplinas híbridas do Curso de Direito da Unesa, com atividades EaD (2018-2019), tendo sido Diretor da Escola da Magistratura Regional Federal da 2a. Região e responsável por diversos cursos EAD (2009-2015). Tem experiência na área do Direito, com ênfase no Direito Civil e Direito Processual Civil, atuando principalmente nos seguintes temas: Teoria Geral, Direito das Obrigações, Direito de Família, Direito das Sucessões, Acesso à Justiça e Direito Internacional Privado. Foi Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça no biênio 2013-2015. É Coordenador dos Juízes brasileiros de Enlace para a Convenção da Haia sobre Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/1241510728752911>

- **Antonio do Passo Cabral (Coordenador e Docente).** Professor Titular de Direito Processual Civil da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), onde leciona na Graduação, Mestrado e Doutorado. Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (USP). Doutor em Direito Processual pela UERJ, em cooperação com a Universidade de Munique, Alemanha (Ludwig-Maximilians-Universität). Mestre em Direito Público pela UERJ. Pós-doutorado na Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne). Professor Visitante na Universidade de Passau, Alemanha (2015), na Universidade de Kiel, Alemanha (Christian-Albrechts Universität, 2016 e 2017) e na Universidade Ritsumeikan, em Quioto, Japão (2018). Senior Lecturer na Peking University, Pequim, China (2019 e 2021). Professor nos cursos de Pós-graduação da Faculdade Baiana de Direito. Vice-Presidente da International Association of Procedural Law, Diretor de Relações Internacionais do Instituto Brasileiro de Direito Processual, Membro do Instituto Iberoamericano de Direito Processual, da Associação de Juristas Brasil-Alemanha (Deutsch-Brasilianische Juristenvereinigung) e da Wissenschaftliche Vereinigung für Internationales Verfahrensrecht. Procurador da República no Rio de Janeiro. Ex-Juiz Federal e ex-Defensor Público.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/6675990712870926>

- **Ana Carolina Vieira de Carvalho (Docente).** Procuradora Federal na Comissão de Valores Mobiliários nos anos de 2002/2003. Ingresso na Magistratura Federal em fevereiro de 2004. Professora na Faculdade de Direito de Campos nos anos de 2004/2005. Graduação na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 2000. Mestre em Direito das Cidades pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro em 2008.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/4354245746590330>

- **Adriano Saldanha Oliveira (Docente).** Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1992) e mestrado em Direito Internacional pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003). Antes de ingressar na Magistratura atuou como Advogado (1992-1995), técnico de controle do Tribunal de Contas do Estado do RJ (1993-1998) e Procurador da Fazenda Nacional (1998-2002). Autor de artigos e sentenças publicadas em revistas jurídicas. Autor do Livro "Direito Internacional Privado e Direito à Filiação", pela editora Lumen Juris, 2010.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7358137025697908>

- **Adriano de Oliveira França (Docente).** Juiz Federal. Graduação em Direito pela UFRJ. Mestre em Direito pela UERJ (2017). Coordenador da Comissão de Direito Constitucional da EMARF

- **Bianca Stamato Fernandes (Docente).** Juíza Federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, onde permaneceu de outubro de 1999 até 06 de janeiro de 2000. Bacharel em Direito pela PUC-RIO- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e Mestre em Direito pela PUC-RIO- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Especialista em Processo Civil pela ENFAM. Coordenadora da Comissão de Justiça Restaurativa do TRF2.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/9115438289172103>

- **Carla Teresa Bonfadini de Sá (Docente).** Juíza Federal. Mestrado em Direito Processual pela UERJ (2017), doutoranda em direito processual (UERJ). Ex-defensora Pública do Estado do RJ. Presidente da Comissão de processo civil da EMARF. Integrante da ABEP.

- **Edilson Vitorelli Lima (Docente).** Pós-doutor em Direito pela Universidade Federal da Bahia, com estudos no Max Planck Institute for Procedural Law (Luxembourg). Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Visiting scholar na Stanford Law School. Visiting researcher na Harvard Law School. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor Adjunto de Direito Processual Civil na Universidade Federal de Minas Gerais, nos cursos de graduação, mestrado e doutorado. Professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor nos cursos de mestrado e doutorado na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). É o único autor brasileiro vencedor do prêmio Mauro Cappelletti, concedido a cada quatro anos, pela International Association of Procedural Law, ao melhor livro sobre processo no mundo. Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 6 Região.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/0474429509959557>

- **Fernanda David (Docente).** Advogada. Graduação em Direito – Universidade Federal do Rio de Janeiro – 2015 Mestrado em Direito Processual – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

- **Guilherme Kronenberg Hartmann (Docente).** Doutor (2018) e Mestre (2011) em Direito Processual pela UERJ. Pós-graduado em Direito Público e Privado pela EMERJ/UNESA (2006). Professor Adjunto de Direito Processual Civil da UFRJ/FND (2018-atual). Professor Adjunto II de Direito Processual Civil da UNESA, em sede de graduação e pós-graduação (2007-atual). Professor Convidado de Direito Processual Civil e Direito Constitucional (ações constitucionais) da EMERJ (2009-atual). Professor Convidado de Direito Processual Civil e Tutela Coletiva da AMPERJ (2015-atual). Professor Convidado de Direito Processual Civil da UCAM, em sede de pós-graduação (2012-atual). Professor Convidado de Direito Processual Civil da FGV Rio, em sede de pós-graduação (2016-atual). Professor Substituto de Direito Processual Civil da UFRJ/FND (2015-2017). Professor Substituto - Coordenador do Escritório Modelo Cível da UERJ (2013-2015). Vice-Presidente da Comissão sobre Recuperação de Ativos em Fraudes Internacionais da OAB-RJ (triênio 2019-2021). Advogado participante da sociedade Hartmann Advocacia Empresarial (2003-atual). Coautor do livro 'Petições & Prática Cível' (ed. Impetus, 2ª ed., 2019).

- **Hermes Zaneti Junior (Docente).** Possui Pós-Doutorado em Direito pela Università degli Studi di Torino (2014); Doutorado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005), área de concentração Direito Processual; Doutorado em Direito pela Università degli Studi di Roma Tre (2014), área de concentração Teoria do Direito; Mestrado em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, área de concentração em Direito Processual (2000); Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1997). Atualmente é professor adjunto dos Cursos de Graduação e Mestrado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Líder do Grupo de Pesquisa Fundamentos do Processo Civil Contemporâneo (FPCC). Cofundador e membro da Rede de Pesquisa ProcNet. É ainda membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), membro do Instituto Ibero-Americano de Direito Processual (IIDP), membro da International Association of Procedural Law (IAPL), membro da ABRAMPA e do MPCON. Promotor de Justiça no Estado do Espírito Santo (2006/MPES). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual, atuando principalmente nos seguintes temas: constitucionalização do processo, processo coletivo, processo civil comparado e precedentes.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5343355826023519>

- **Luiz Henrique Volpe Camargo (Docente).** Doutor em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2017). Mestre em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2011). Especialista em Direito Processual Civil pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) (2001). Graduado pela Universidade Católica Dom Bosco (1998). Advogado desde 1999, sócio do escritório Volpe Camargo Advogados Associados S/S. Professor concursado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) (desde 2020). Secretário-Adjunto do Instituto Brasileiro de Direito Processual em Mato Grosso do Sul (IBDP). Membro do Instituto dos Advogados do Mato Grosso do Sul (IAMS). Membro da Academia de Direito Processual do Mato Grosso do Sul (ADPMS). Foi membro da Comissão Revisora do Projeto de novo Código de Processo Civil no Senado Federal (PLS 166/2010)

(2010). Foi membro da Comissão Revisora do Projeto de novo Código de Processo Civil na Câmara dos Deputados (PLC 8046/2011) (2011-2014). Ex-Coordenador do curso de especialização em Direito Processual Civil da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) (2015-2021). Ex-Secretário de Assuntos Legislativos e Jurídicos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul (2019-2021). Ex-Assessor Parlamentar do Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal (2007-2011). Ex-professor da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB) (2001-2019). Ex-professor da faculdade Estácio de Sá (2004-2006). Ex-membro da Comissão de Processo Civil do Conselho Federal da OAB (2013-2015); Ex-Procurador Judicial da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional de Mato Grosso do Sul (2001-2003). Ex-membro da Comissão de Fiscalização de Honorários Advocatícios da OAB/MS (2004-2006).

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/5168984402267002>

- **Letícia D’Aiuto Michelli (Docente)**.. Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). Atualmente é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (desde 2015). É professora de Direito Tributário, tendo lecionado na pós-graduação da Universidade Candido Mendes, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e na Escola de Administração Judiciária (ESAJ) Mestre em Direito em Saúde pela Fiocruz com a dissertação: "A carga tributária do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços: a aplicação do princípio da seletividade nos medicamentos." Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Tributário e Administrativo.

- **Mário Guerreiro (Docente)**.. Juiz de Direito do TJ/ RS. Possui graduação em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2005) e mestrado em Ciências Jurídico-políticas pela Universidade de Coimbra (2009). Doutorando pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2023). Ex-Conselheiro do CNJ (2019-2021). Atualmente é Juiz Auxiliar em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) e Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJRS). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8744666174057009>

- **Marcella Araújo da Nova Brandão (Docente)**. Bacharel em Direito na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Mestre pela Fundação Getúlio Vargas, Inglês técnico pela Universidade Santa Úrsula. Atuou como juíza coordenadora do Centro de Conciliações. Atualmente como juíza federal titular da 31ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Atuou em auxílio convocada na Coordenadoria dos Juizados Especiais Federais do TRF da 2ª Região de 2018/2019. Vice-Diretora do Foro da SJRJ 2020/2021. Vice-Presidente da AJUFE na 2ª Região

- **Márcia Nunes de Barros (Docente)**. Juíza Federal da 13ª Vara Federal do Rio de Janeiro, especializada em matéria previdenciária e propriedade intelectual. Mestrado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento, com ênfase em Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento (em andamento). Professora e conferencista nas áreas de propriedade

intelectual, novas tecnologias e inteligência artificial. Co-Coordenadora e Formadora dos Cursos de Formação Inicial e de Vitaliciamento do TRF da 2ª Região. Co-Coordenadora e Formadora dos Cursos de Formação de Formadores Carioca (FoFoCa) e Formação de Formadores de Desembargadores do TRF da 2ª Região. Formadora no Curso de FOFO Nível 2 da ENFAM - Prática Jurisdicional e Avaliação por Portfólio. Formadora da ENFAM no Módulo Nacional, disciplina "O Juiz e o Mundo Virtual". Membro do Grupo Operacional do Centro de Inteligência da Justiça Federal, que trabalha com o monitoramento e prevenção de demandas repetitivas e gestão de precedentes. Participante do Grupo de Pesquisa do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro sobre o tema Inteligência Artificial.

- **Priscilla Pereira da Costa Correa (Docente)**.. Juíza Federal na Seção Judiciária do Rio de Janeiro (TRF2), desde 2007. Juíza convocada em atuação como juíza auxiliar no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Doutoranda em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Mestra em Justiça Administrativa pela UFF. Docente colaboradora do Mestrado Profissional em Direito e Poder Judiciário, da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Pesquisadora na temática de Litigiosidade Repetitiva de Direitos Socioeconômicos. Integrante dos Grupos de Pesquisa "Direito, Desenvolvimento, e Impactos das decisões judiciais", PPGD/ ENFAM e Laboratório de Estudos Processuais do PPGSD/UFF. Publicou "Direito e Desenvolvimento: Aspectos relevantes do Judiciário brasileiro", CEJ, 2014. Professora na Escola da Magistratura Estadual do Rio de Janeiro (EMERJ), e na Escola Nacional da Magistratura (ENM). Instalou e presidiu o Centro de Inteligência e Prevenção de Demandas Repetitivas da Justiça Federal do Rio de Janeiro (CLIP/RJ), de 2017 a 2020. Exerceu cargos de Advogada da União (AGU), atuação no contencioso do STJ (PGU), e Analista Judiciário.

Link do currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2014248640778713>

- **Rosângela Martins (Docente)**. Pós-graduada em direito processual civil, Juíza Federal no Rio de Janeiro.

- **Tatiana Machado Alves (Docente)**. - Doutora e Mestre em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2015), na linha de pesquisa de Direito Processual. Graduada em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2013). Pesquisadora Visitante (Guest Researcher) na University of Maastricht, Países Baixos (2016). Pesquisadora Convidada (Invited Researcher) do Institute of Intellectual Property, em Tóquio, Japão (2017/2018). Pesquisadora Visitante (Gastwissenschaftlerin) na Ludwig-Maximilians-Universität München, Alemanha (2019/2020). Advogada atuando na área de contencioso de propriedade industrial e direito regulatório. Tem experiência na área do Direito, com ênfase em Direito Processual Civil, Direito da Propriedade Industrial, Direito Regulatório, e Direito Administrativo.

- **Paulo André Espirito Santo (Docente)**.. Juiz Federal titular da 20ª Vara do Rio de Janeiro/RJ. Aprovado, na 2ª colocação, no VII Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 2ª Região, nomeado pelo Ato n.º 065 de 12 de Março de 2001

(Presidência do TRF-2ª Região). Empossado em 22 de março de 2001. Ex-Procurador do Estado do Rio de Janeiro, aprovado na 12ª colocação do XII Concurso Público (Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro de 03/10/2000), com atuação na Procuradoria da Dívida Ativa (Execução Fiscal) e na Procuradoria Previdenciária. Exonerado, a pedido, em 22/03/2001. Mestre em Justiça Administrativa pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Dissertação "O Poder Normativo Autônomo das Agências Reguladoras: critérios e controles". 2020. 372 f. Orientação: Prof. Dr. Ricardo Perlingeiro. Doutorando em Direito Público pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - início em 2021 -, orientado pelo Prof. Gustavo Binenbojm. Ex-aluno da EMERJ (1998-1999). Professor conferencista da EMERJ na área de Direito Constitucional. Ex-professor da antiga UniverCidade - 2002/2003 - unidade Humaitá - na cadeira de Direito Constitucional II - 4º período. Autor do Livro "O poder normativo autônomo das agências reguladoras: critérios e controles. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2021. Autor do texto "O antitruste na reforma tributária da emenda constitucional nº 42/2003", na Obra Coletiva "A reforma tributária da emenda constitucional nº 42/2003 - Aspectos Polêmicos e Controvertidos", coordenada por Eugênio Rosa. Rio de Janeiro: Lumen Iuris, 2004, p. 157-193. Autor do capítulo "A Ação de Consignação Tributária", na Obra Coletiva "Curso de Direito Tributário Brasileiro", Volume IV, Coordenação de Marcus Lívio Gomes e Leonardo Pietro Antonelli. Rio de Janeiro: Almedina, 2016, p. 277-314. Ex-coordenador da Comissão de Direito Constitucional da Escola da Magistratura Regional Federal-2ª Região (EMARF) - Anexo Portaria EMARF Nº TRF2-PTE-2017/00007, de 22 de maio de 2017. Atual Presidente da Comissão de Acompanhamento dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização para Magistrados Federais da Escola da Magistratura Regional Federal da 2ª Região (CAE - EMARF) - Portaria EMARF Nº TRF2-PTE-2017/00004. Membro das Bancas Organizadoras e Examinadoras dos XIV, XV e XVI Concursos para Juiz Federal Substituto na 2ª Região (TRF-2ª Região) - 2012 a 2017 -, nas cadeiras de Direito Constitucional e Direito Econômico. Co-Coordenador do Curso de Formação Inicial (CFI), na EMARF, do XVII Concurso para Juiz Federal Substituto do TRF-2ª Região, credenciado na ENFAM sob a Portaria nº 141, de 27 de maio de 2019.

- **Valéria Caldi (Docente).** Juíza Federal desde 1997. Ex-procuradora do INSS e ex-advogada do BNDES. Mestre em Direito Público pela UERJ. Professora de Direito Penal da EMARF e do Instituto Ênfase de Ensino.

Bibliografia

CABRAL, Antonio do Passo. Juiz natural e eficiência processual: flexibilização, delegação e coordenação de competências no processo civil. 1 ed. São Paulo: Thomson Reuters, 2021.

CABRAL, Antonio do Passo. Fundamentos para uma teoria da cooperação judiciária: a revolução se avizinha. In: (coord) DIDIER JR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo. Coleção Grandes temas do novo CPC. Cooperação Judiciária Nacional. 1.ed. Salvador: JusPodivm, 2021, p. 23-60, v 16.

CABRAL, Antonio do Passo. Jurisdição sem decisão: non liquet e consulta jurisdicional no direito brasileiro. 1ª ed. São Paulo : JusPodivm, 2023

CAMARGO, Luiz Henrique Volpe. A centralização de processos como etapa necessária do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.

CAMPOS, Maria Gabriela. O compartilhamento de competências no processo civil: um estudo do sistema de competências sob o paradigma da cooperação nacional. 1ª ed. Salvador Juspodivm, 2020.

DIDIER JR, Fredie. Cooperação Judiciária Nacional: esboço de uma teoria para o Direito brasileiro (arts67-69 CPC). 1ª ed. Salvador: JusPodivm, 2020.

HARTMANN, Guilherme Kronenberg. Competência no processo civil: Da teoria tradicional à gestão judicial da competência adequada. 1ª ed. Salvador: JusPodivm,

LINO, Daniela Bermudes. Centralização de questão de fato para produção conjunta da prova e grau de vinculatividade fática entre demandas in: Grandes temas do Novo CPC.v 16.

MEIRELES, Edilton. Cooperação jurídica Nacional. Revista de Processo, p. 59-80, v. 249. 2015.